



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**13/12/2010**

# INDICE

---

1. JORNAL AQUI	
1.1. PRISÃO.....	1 - 2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. DESEMBARGADORES.....	3 - 4

▶ ASSASSINATO NA CIDADE OLÍMPICA

# FAMÍLIA CONTESTA POLÍCIA

Irmãos do bombeiro Fortunato Jorge Pereira, morto no último dia 30 de novembro, não acreditam que a esposa dele, Arlete Aragão, seja a única autora do crime. Polícia afirma que ela confessou

## ALAN JORGE

Quem matou Fortunato Jorge Pereira? Este é o questionamento levantado pela família do salva-vidas, de 47 anos, desde que ele foi assassinado no último dia 30. A família do bombeiro contesta a versão da polícia que conclui ter sido a companheira de Fortunato, Arlete de Jesus Gomes Aragão, de 38 anos, a autora do crime (ela teria confessado o crime). Familiares acreditam que ela afirmou ter sido a autora para livrar outra pessoa de ser presa.

Conforme relatou o irmão de Fortunato, Raimundo Nonato Pereira, de 48 anos, morador da Rua Nascimento de Moraes, no Bairro São Francisco, a família se apoia em fortes indícios onde levam a acreditar que os verdadeiros culpados da morte do bombeiro estão soltos. Nonato contou que o irmão, antes de morrer, sofreu várias agressões pelo corpo, pois estava com a cabeça e o maxilar quebrados e tinha muitas escoriações em todo o corpo. De acordo com ele, pelo porte físico do irmão, em relação ao da companheira, Fortunato teria se defendido fácil dos ataques. "Ela é bem magra. Ele era bem robusto e, se fosse atacado por ela, teria evitado isso com toda certeza de uma forma fácil. Tinha mais alguém envolvido, no mínimo dois homens", declarou Raimundo.

## RASTRO DE SANGUE

Outro indicativo apontado pelo irmão da vítima seria que no local do crime, localizado na residência do casal, no Bairro da Cidade Olímpica, foi encontrado um rastro de sangue na sala da casa,

dando a impressão de que a vítima tentava se arrastar para fora, mas alguém o impedia. "É como se ele já nem tentasse mais se defender, mas fugir dali. É como se alguém mais forte do que ele estivesse segurando meu irmão. Ela não tem porte físico para isso", frisou Nonato.

Além disso, Raimundo alegou que o irmão, ao contrário do que foi dito na versão contada pela polícia, era incapaz de agredir fisicamente a parceira. Conforme Raimundo, apesar do porte físico avantajado, Fortunato nunca tinha "levantado um dedo" contra Arlete. "Ele dizia que com a lei Maria da Penha, mesmo o cara estando certo, ele era errado. Meu irmão já teve outras mulheres, e nenhuma delas reclamou de agressão", comentou Pereira.

O também irmão de Fortunato, Francisco de Assis Pereira Neto, de 37 anos, lembrou que durante uma conversa que teve com um amigo de Fortunato, ouviu da boca dele que o irmão tinha dito que era constantemente ameaçado pelos familiares de Arlete. "No dia em que aconteceu o crime, ele saiu do serviço dizendo a este amigo que talvez essa fosse à última vez que eles iriam se ver", contou Francisco.

Outro ponto questionado pela família da vítima seria o fato, de que no dia em que aconteceu o assassinato, a polícia teria entregado a chave da residência para os familiares de Arlete, antes da chegada da perícia ao local. "Isso é errado. Ali era a cena do crime. O certo seria isolar o local até a chegada dos peritos", reclamou Assis.

## A POLÍCIA

Segundo o delegado do 12º DP, Alexandre Magno Alves, baseado em depoimento prestado pela acusada, o homicídio foi motivado por conta dos sucessivos atos de agressões contra ela praticados pela vítima, que trabalhava como guarda municipal.

Ainda de acordo com o delegado, no dia do crime, o marido chegou em casa furioso e iniciou uma discussão com Arlete. Cansado de discutir com a mulher, Fortunato perdeu a paciência e começou a agredir Arlete com chutes, socos e pontapés.

Irritada com a agressividade do marido, Arlete resolveu dar um basta nos atos do esposo. Ela foi até a cozinha, onde pegou uma faca e aplicou dois golpes no marido. As facadas atingiram a região do tórax da vítima.

Logo após ter esfaqueado Fortunato, Arlete, apavorada com a situação, teria socorrido o marido e o encaminhado para o Hospital Clementino Moura (Socorrão II), mas a vítima não resistiu e morreu logo após ter dado entrada nesta casa de saúde.

### **PRISÃO**

Um policial militar que estava de plantão no hospital prendeu a acusada e a encaminhou para a delegacia da Cidade Olímpica, onde prestou depoimento e logo depois foi autuada em flagrante por homicídio. Após prestar esclarecimentos, Arlete foi encaminhada para o Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas (Crisma), em Pedrinhas, onde ficará presa a disposição da justiça.



**FORTUNATO JORGE PEREIRA FOI ASSASSINADO  
DENTRO DE CASA, NA CIDADE OLÍMPICA**

## **DEU NA REVISTA ISTOÉ**

# HOMEM QUE ACUSOU JUIZ NO MARANHÃO VOLTA PARA CASA COM RISCO DE MORRER

PÁGINA 3



## DEU NA REVISTA ISTOÉ

# Homem que acusou juiz no Maranhão volta para casa com risco de morrer

O comerciante Francisco Pedro dos Reis Leal entrou para o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) após denunciar um poderoso esquema de grilagem de terras no município de Barreirinhas, no Maranhão. As investigações, reveladas por ISTOÉ em agosto, levaram ao indiciamento do juiz Fernando Barbosa de Oliveira Júnior, que acabou aposentado compulsoriamente pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Com sua pensão garantida, o magistrado leva uma vida confortável e desfruta das propriedades obtidas ilegalmente. Já Leal vive uma rotina de penúria. As ameaças de morte obrigaram o comerciante e a família a abandonarem às pressas a cidade, bens e amigos. Depois de semanas peregrinando entre hotéis e pousadas baratas, foram enviados a uma favela da periferia de Manaus, no Amazonas. A expectativa de uma vida tranquila se desfez em sete meses.

Desempregado, com problemas de saúde e dividindo um barraco com ratos, Leal decidiu fazer outra denúncia: desta vez contra o serviço e as pessoas que deveriam protegê-lo. "Estou cansado de ser tratado como um animal. Prefiro ser assassinado em Barreirinhas a morrer aqui nessa agonia", desabafa.

O drama de Leal começou em 20 de maio, dia em que entrou oficialmente para o Provita do Maranhão. Ele e a família se mudaram então sete vezes. Passaram por quartos de hotéis e pousadas. Em alguns locais, estiveram por três dias, em outros quase um mês. Moraram até numa casa em obras. "Meus filhos ficaram doentes de tanto respirar poeira de cimento", afirma Leal.

Só em agosto foram definitivamente abrigados numa casa de alvenaria do bairro Monte Sinai, violento subúrbio

de Manaus. Uma residência com paredes rachadas, sem caixa d'água e com o esgoto ao ar livre. "Quando chove, a água da fossa invade a casa", diz o comerciante, que não consegue sustentar a família com os R\$ 840 que recebe mensalmente do programa. "Os dias 17 e 18 de novembro foram os piores da minha vida. Precisei comprar remédio para meus filhos que estavam doentes, mas não tinha dinheiro", diz Leal.

**Incomunicabilidade** - Tantos dificuldades fizeram com que Leal quebrasse uma das regras fundamentais do Provita: a incomunicabilidade. O risco de uma expulsão não o preocupa. "Pedi meu desligamento do programa a partir do dia 18", diz. O comerciante, 46 anos, comprou um celular e, às escondidas, telefona para seu advogado, um irmão e o repórter de ISTOÉ. Para comprovar o que diz, ele apresenta cartas, cópias de faturas, receitas médicas e fotos da casa onde vive.

ISTOÉ encaminhou o material à OAB e pediu explicações à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que repassa o dinheiro para ONGs executoras em todo o País. No Amazonas, o órgão operacional do Provita é a Fundação Desembargador Paulo Feitoza, um centro de produção de software sem histórico na área de direitos humanos. A reportagem tentou contato com a instituição, mas não obteve resposta. O presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, critica a terceirização. "Esse modelo precisa ser revisto. Muitas dessas entidades não têm estrutura adequada nem o profissionalismo exigido, como ocorre nos Estados Unidos", diz Cavalcante.

Para o presidente do conselho deliberativo do Provita amazonense, procurador João

Bosco Valenté, o problema é a escassez de recursos. "Este ano recebemos R\$ 900 mil para proteger 60 testemunhas e suas famílias", reclama. Segundo a ONG Contas Abertas, de 2003 até 2009, foram repassados ao Provita R\$ 105 milhões. Este ano, foram R\$ 24 milhões até julho. Bosco diz que o programa não é "assistencialista" e que as pessoas devem estar preparadas para viver sob um restrito regime de segurança.

Pior do que a negligência é a aura de mistério que envolve o programa. No caso de Leal, parece que os funcionários contratados têm mais prerrogativas do que a pessoa protegida. "Eles usam carro com placas frias e nomes falsos", revela.

"A psicóloga chama Patrícia, a assistente social Ângela e o advogado João. São equipes diferentes, com os mesmos nomes, tanto em São Luís como em Manaus", afirma o comerciante. Leal também lança suspeita sobre malversação do dinheiro público. "Assinei recibo de R\$ 4 mil para a compra do enxoval da casa, mas a mobília e até as panelas são de segunda mão. Todo mês eu tenho que assinar recibos de mais de R\$ 2 mil, mas me entregam R\$ 840. Sem falar dos R\$ 5 mil em eletrodomésticos que deixei em Manaus e sumiram!", diz.